CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROCESSO CEE N°985/74 PARECER CEE N°1146/74

Aprovado por Deliberação Em 29/Maio/74

INTERESSADO - MANOEL MARTINEZ SANCHES

ASSUNTO - Equivalência de estudos realizados na Escola.

SENAI ROBERTO SIMONSEN CAPITAL

CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU - <u>Delegação</u> RELATOR - JOÃO BAPTISTA SALLES DA SILVA

1. HISTÓRICO:

- 1.1 MANOEL MARTINEZ SANCHES, filho de VICENTE MARTINEZ SANCHES e de dona FRANCISCA TONON SANCHES, nascido em São Paulo,a 01 de setembro de 1956, domiciliado e residente a Rua Pedro Ale-xandrino, 119, em São Paulo, tendo concluído o Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI ROBERTO SIMONSES, solicita pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos, visando a prossegui-los no ensino regular de 1º grau.
- 1.2 É o seguinte o histórico escolar do requerente:
 - 1.2.1. curso primário, com 4 (quatro) séries, no Grupo Escolar "Profa MARISA DE MELLO", nesta Capital;
 - 1.2.2. Curso de Aprendizagem Industrial,com 3 (três)"graus", na Escola "ROBERTO SIMONSEN", desta Capital, na especialidade "AJUSTADOR", tendo estudado: Português, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Ciências Sociais (Geografia e História do Brasil), Educação Moral e Cívica, Educação Física, Pratica Profissional (fls.3).
 - 1.2.3. em 30 de dezembro de 1973, recebeu o certificado de aprendizagem, correspondente à conclusão do curso.
- 1.3 A documentação escolar está em ordem e atende as exigências da Resolução CEE nº 19/65.

FROCESSO CEE Nº 985/74 PARECER Nº1146 Fl.2

2. FUNDAMENTAÇÃO

- 2.1 O Deereto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".
- 2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo único do artigo 27, mantem a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".
- 2.3 A Deliberação CEE nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: " a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, desuirados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior correspondente, do ensino regular (o grifo é nosso), Na alínea "b" a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, trem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado art. 12; "Para que habiao prosseguimento de estudos a nível de litem os concluintes grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).
- 2.4 O Parecer CEE nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino; regular.

- 2.5 O antigo "grau" -denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo correspondia a um "termo" atual.
- 2.6 O requerente realizou curso de aprendizagem com a duração de 3 "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de 3 "termos", ou ainda, de 3 "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo Único do artigo 12, Deliberação CEE n° 14/73, isto é, 720 horas (2880 : 4 séries = 720 horas / aula, por série).
- 2.7 O elenco de matérias do currículo do curso que o interessado realizou é equivalente ao previsto pela Resolução CEE nº 8/ 71.
- 2.8 Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

3. CONCLUSÃO:

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Egrégio Conselho reconheça os estudos realizados por MANOEL MAETINEZ SAN-CHES no curso de aprendizagem ministrado na Escola SENAI "ROBER-TO SIMONSEN" nesta Capital como equivalentes aos cumpridos na 7ª série podendo, portanto, autorizar-se sua matrícula na 8ª série do ensino do 1º grau.

A escola que acolher a matricula do interessado deverá submetelo a processo de adaptação nas disciplinas em que tal processo seja considerado necessários

São Paulo, 17 de maio de 1974

a) Conselheiro JOÃO BAPTISTA SALLE DA SILVA Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência, deferida pela Deliberação de 9 de outubro de 1973, adota como seu Parecer, por deliberação aprovada na sessão hoje realizada, a conclusão do Voto do Nobre Conselheiro.

Presentes os Nobres Conselheiros: ELISIÁRIO RO-DRIGUES DE SOUSA, ELOYSIO RODRIGUES DA SILVA, JOÃO BAPTISTA SAL-LES DA SILVA, JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO, MARIA DA IMACULADA L.MON-IEIRO, MARIA DE LOURDES M.HAIDAR, TRERESINUA FRAM.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1974

a) Conselheira MARIA DE LOURDES M. HAIDAR

Presidente